



DIREITO

Ponto “e”

APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR

1**Assunto: PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL MILITAR****2****Assunto: PRINCÍPIO DA LEGALIDADE****3****Assunto: LEI PENAL NO TEMPO****4****Assunto: LEI PENAL NO ESPAÇO****5****Assunto: OUTRAS NORMAS DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL****6****Assunto: IMUNIDADES E PRERROGATIVAS DE FUNÇÃO**

I - PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL MILITAR

A. A DISCIPLINA E A HIERARQUIA.

*CF/88 "Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, **ORGANIZADAS COM BASE NA HIERARQUIA E NA DISCIPLINA**, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."*

ADRIANO ALVES MARREIROS - Hierarquia e Disciplina são garantias fundamentais.

CONCEITOS





























































ESTATUTOS DOS MILITARES.

Art. 14. A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antigüidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.

§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

§ 3º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.

	 MARINHA	 EXÉRCITO	 AERONÁUTICA
OFICIAIS GERAIS	 Almirante  Almirante-de-Esquadra  Vice-Almirante  Contra-Almirante	 Marechal  General-de-Exército  General-de-Divisão  General-de-Brigada	 Marechal-do-Ar  Tenente-Brigadeiro  Major-Brigadeiro  Brigadeiro
OFICIAIS SUPERIORES	 Capitão-de-Mar-e-Guerra  Capitão-de-Fragata  Capitão-de-Corveta	 Coronel  Tenente-Coronel  Major	 Coronel  Tenente-Coronel  Major
OF INT	 Capitão-Tenente	 Capitão	 Capitão
OFICIAIS SUBALTERNOS	 1º Tenente  2º Tenente  Guarda-Marinha	 1º Tenente  2º Tenente  Aspirante-a-Oficial	 1º Tenente  2º Tenente  Aspirante
PRAÇAS	 Suboficial	 Subtenente	 Suboficial
	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento
	 Cabo	 Tafelheiro-Mor  Cabo	 Cabo  Tafelheiro-Mor
	 Marinheiro	 Tafelheiro de 1ª Classe	 Soldado de 1ª Classe  Tafelheiro de 1ª Classe
		 Soldado  Tafelheiro de 2ª Classe	 Tafelheiro de 2ª Classe

PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE DO DIREITO PENAL MILITAR.

EMENTA: APELAÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR (MPM). ART. 290 DO CÓDIGO PENAL MILITAR (CPM). POSSE NÃO AUTORIZADA DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. INTERESSE RECURSAL DO MPM. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. SÚMULA 14 DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM). PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. APLICABILIDADE. TESES DEFENSIVAS REJEITADAS. RECURSO NÃO PROVIDO. CONDENAÇÃO. MANUTENÇÃO. I - IV - Diante da consolidada jurisprudência do STM, a penalização do porte e do uso de substância entorpecente, nas condições preconizadas pelo art. 290 do CPM, encontra guarida na Carta Magna. V - **O porte e o uso de drogas em área sob Administração Militar são crimes previstos no mencionado artigo, o que afasta a incidência da Lei 11.343/2006, em face do PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE e da exclusiva proteção aos bens jurídicos tutelados pela norma penal militar. Aplicação da Súmula 14 desta Corte Marcial.** VI - VII - Recursos conhecidos e desprovidos por unanimidade. Sentença condenatória mantida. (Superior Tribunal Militar. APELAÇÃO CRIMINAL nº 7000468-46.2023.7.00.0000. Relator(a): Ministro(a) PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ. Data de Julgamento: 29/11/2023, Data de Publicação: 06/12/2023)

B. INTERVENÇÃO MÍNIMA; FRAGMENTARIEDADE; SUBSIDIARIEDADE;

Todos são aplicáveis ao direito penal militar idêntica.

C. INSIGNIFÂNCIA OU BAGATELA.

Tudo igual no DPM. Ele não é cabível, contudo, nos crimes em que tutelam de forma imediata a disciplina e a hierarquia.

Vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento de serem requisitos para a sua aplicação:

- mínima ofensividade da conduta
- ausência de periculosidade social da ação
- reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e
- inexpressividade de lesão jurídica provocada.

Embora não seja possível admitir a intenção do legislador de 1969 de positivizar o princípio da insignificância no CPM, tampouco haja consenso doutrinário a respeito do tema, existem vozes no sentido de compreender que alguns dispositivos (lesão corporal – 209, furto – 240 e dano – 259) do CPM guardam semelhança com a causa de exclusão da tipicidade cunhada pela primeira vez pelo jurista Alemão Claus Roxin em 1964.

Lesão Corporal

Art. 209 - § 6º No caso de lesões levíssimas, o juiz pode **considerar a infração como disciplinar.**

Furto

Art. 240

Dano

Art. 259

O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes envolvendo entorpecentes no âmbito das Organizações Militares, independentemente da quantidade e do tipo da droga apreendida, haja vista as peculiaridades da carreira e as atividades desempenhadas na caserna. Apelação desprovida.

Decisão unânime. (Superior Tribunal Militar. APELAÇÃO CRIMINAL nº 7000035-42.2023.7.00.0000. Relator(a): Ministro(a) CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA. Data de Julgamento: 22/10/2023, Data de Publicação: 22/11/2023)

D. CULPABILIDADE:

Ninguém pode ser punido por fato que não tenha o praticado por dolo ou por culpa. Diferente do direito civil ou direito administrativo, esse princípio veda a responsabilidade objetiva. IGUALMENTE APLICADO NO CPM

E. HUMANIDADE OU HUMANIZAÇÃO DAS PENAS.

Idêntico ao DPM.

Art. 5 (...) XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;*
- b) de caráter perpétuo;*
- c) de trabalhos forçados;*
- d) de banimento;*
- e) cruéis;*

ex. coação moral irresistível

Art. 40. Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível senão quando física ou material.

F. PROPORCIONALIDADE:

Idêntico ao DPM

Orienta o legislador no momento da criação do preceito secundário do tipo legal; orienta o julgador no momento da aplicação da pena; e orienta o juiz da execução e autoridades executivas no momento do cumprimento da sanção nos estabelecimentos penais.

OBRIGADO!



TELEFONE

61 3340-0433 / 61 99630-0433

EMAIL

contato@cursocidade.com.br